

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.697 - SP (2019/0253533-1)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : LOCALIZA FLEET S.A  
AGRAVANTE : ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A  
ADVOGADOS : CHISTIANO PIRES GUERRA XAVIER - MG083083  
SACHA CALMON NAVARRO COÊLHO E OUTRO(S) - SP249347A  
ISABELLE RESENDE ALVES ROCHA - MG129530  
LUIZ HENRIQUE NERY MASSARA - MG128362  
NATHALIA SOARES DE OLIVEIRA - MG134600  
LUISA CRISTINA MIRANDA CARNEIRO - SP362620  
OUTRO NOME : CAIUÁ DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.  
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : GISELE MARIE ALVES ARRUDA RAPOSO PANIZZA - SP100191

**DECISÃO**

*TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPVA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. LEI ESTADUAL PAULISTA 13.296/2008. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DAS EMPRESAS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento a Recurso Especial interposto por LOCALIZA FLEET S.A. e ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., com fulcro no art. 105, III, *a* da CF, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado.

*IPVA. Locadora de veículos estabelecida no Estado de Minas Gerais, onde registrados os veículos. Locatária estabelecida no Estado de São Paulo. Contrato entre filiais das empresas, do Município de Presidente Prudente. Competência tributária segundo o estabelecimento de vinculação efetiva do veículo do momento da ocorrência do fato gerador, que a lei situa no dia primeiro de cada ano, independentemente da unidade federativa do registro. Imposto sobre a propriedade, que não pode ser cobrado segundo o local de uso exclusivo ou predominante do bem. Sem motivo de inconstitucionalidade de disposições da Lei Estadual nº 13296/2008 que consentem com a cobrança do tributo segundo o local da sede da empresa, com relação aos veículos efetivamente vinculados a esse estabelecimento, sob ou para locação, no momento da ocorrência do fato gerador. Responsabilidade solidária da empresa locatária. Inconstitucionalidade não reconhecida pelo Órgão Especial desta Corte. Não se trata de hipótese de bitributação. Precedentes. Demanda improcedente. Recurso não provido (fls. 626).*

2. Nas razões recursais, a parte recorrente, ora agravante, aponta violação dos arts. 70, 71 72, parág. único, 75, inciso IV, e 1.228 do CC; dos arts 110, 121, 127 e 12 do CTN; dos arts. 120 e 123 do CTB; e do art. 146, III, alínea *b* da CF.

3. Sustenta, em suma, a ilegitimidade da cobrança de IPVA, tal como consignado no acórdão acima resumido, dos veículos de sua propriedade registrados no Estado e Minas Gerais.

4. Com contrarrazões (fls. 698/711), o recurso foi inadmitido na origem (fls. 743/745).

5. É o relatório.

6. A função jurisdicional do STJ em relação ao julgamento do Recurso Especial (art. 105, III da CF/1988) é dar a interpretação uniformizadora, em última instância, de dispositivos infraconstitucionais, daí decorrendo requisitos e restrições do Recurso Especial, como a necessidade de prequestionamento e a impossibilidade de infirmar as premissas fáticas fixadas na segunda instância.

7. Da atenta leitura do acórdão recorrido (fls. 625/634) observa-se que a Corte Estadual, em sua fundamentação, baseou-se precipuamente na Lei estadual 13.296/2008 para afastar a pretensão da empresa contribuinte.

8. Dessa forma, verifica-se que a questão em debate envolve, na realidade, análise de legislação local, o que encontra óbice na Súmula 280 do Supremo Tribunal Federal (*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário*). A propósito:

*TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. EMPRESA LOCADORA DE VEÍCULOS. VEÍCULO REGISTRADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO EM LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. *Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.*

2. *O exame da pretensão recursal pressupõe a apreciação de normas de Direito local, mais especificamente da Lei estadual 13.296/2008. Isso posto, a Corte de origem decidiu a lide à luz da referida legislação local, fazendo referência às suas disposições para solucionar a controvérsia. Aplicação, in casu, da Súmula 280 do STF.*

3. *Agravo conhecido para conhecer parcialmente do Recurso Especial, com relação à preliminar de violação do art. 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, negar-lhe provimento (AREsp. 1.524.096/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 11.10.2019).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPVA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF.*

1. *Observa-se que o Tribunal a quo decidiu a questão a partir das disposições contidas nas Leis Estaduais n°s 6.606/89 e 13.296/08, hipótese que atrai a incidência da Súmula 280/STF: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".*

2. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 980.236/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 8.2.2017).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. FORMA DE LANÇAMENTO. LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF.*

1. *Do recurso especial apresentado e do acórdão recorrido retira-se que a discussão envolve a observância à legislação estadual (Leis 6.606/89, 9.459/96, 12.181/05 e 13.296/08), donde inviável a análise do caso concreto neste Tribunal Superior, a quem não cabe rever a aplicação ou não de lei local (Súmula 280/STF).*

2. *Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp. 728.268/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 15.9.2015).*

# *Superior Tribunal de Justiça*

9. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial das Empresas.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 26 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR